

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO
ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA UNILAB**

Att. Fernanda Linard de Paula

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

REF: CONCORRÊNCIA PÚBLICA NACIONAL Nº 01/2013

POLLUX CONSTRUÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ** nº 00.819.836/0001-12, situada na Avenida Dom Luiz, nº 300, Lj. 221, Bairro Meireles, CEP: 60.160-230, Fortaleza, Ceará, na pessoa de seu representante legal *in fine* assinado, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., com fulcro no Art. 109 da Lei de Licitações (Lei Federal nº 8.666/93), interpor a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DA LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2013**, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos, para ao final requerer:

1 - DA TEMPESTIVIDADE E DO EMBASAMENTO DA IMPUGNAÇÃO

Em consonância ao exposto no **Art. 41, § 1º, §2º e §3º da Lei nº 8.666/93**, a presente medida apresenta-se tempestiva, pois manifestada no prazo estatuído na legislação federal, tendo em vista que a abertura dos envelopes se dará no dia **01 de Novembro de 2013**, portanto dentro do prazo de 2 dias úteis de antecedência. Sem prejuízo a participação da Licitante no presente certame, de acordo com a norma acima citada e os princípios que consagram a Administração Pública.

1

Além das inúmeras citações de embasamento jurídico e legal para a impugnação transcrita no decorrer desta peça, especificamente no que diz respeito aos pontos nodais de transgressão do edital, a impugnante de início aponta os artigos abaixo que não estão sendo respeitados no Edital atacado e que são basilares a propositura de qualquer certame público de contratação de serviços e obras.

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Já o primeiro artigo da lei não vem sendo respeitado pelo edital, que não atende aos princípios adotados na legislação específica, qual seja, 8.666/93.

Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte seqüência:

I - projeto básico;

II - projeto executivo;

III - execução das obras e serviços.

§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

I - houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;

II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;

Observa-se que o artigo 7º não foi seguido completamente, com a falta de planilhas e detalhamentos essenciais para a configuração da proposta, o que traz bastante temor, principalmente quando a comissão se nega a aclarar os pré-questionamentos feitos com respostas evasivas ou simplesmente desconsiderando o objeto questionado do Edital, tornando a licitação incompleta sob o ponto de vista da necessidade daqueles itens, havendo casos que a falta destes impedem a execução e outros em fase mas adiantada da obra.

2 – DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

2.1. DA INFRAÇÃO ESPECÍFICA AO ART. 7º DA LEI 8.666/93

Consta no ANEXO II – PROJETO BÁSICO ao edital, mais precisamente em seu item 1.9 a listagem de todos os projetos produzidos referentes a obra em tela.

Tendo este licitante analisado os documentos técnicos disponibilizados no site da UNILAB, detectou-se que os mesmos não foram disponibilizados em sua totalidade cujas ausências constam registradas em e-mail que aqui se faz anexo.

A Lei 8.666/93, segundo Cláudio Sarian Altounian, dedicou especial atenção ao conceito de projeto básico em seu art, 6º, inciso IX, definindo-o como "conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos

técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução”.

A luz da definição acima transcrita fica claro que, diante das ausências devidamente comprovadas, nenhuma licitante poderia ter o entendimento pleno da obra de forma que propiciasse uma análise segura da viabilidade técnica do empreendimento.

Mesmo esta doughta comissão tendo sanado parcialmente os vícios da licitação durante o decorrer do processo licitatório, e disponibilizado as peças técnicas faltantes, restou-se intervalo de tempo demasiadamente exíguo para a devida análise das mesmas, uma vez que o prazo para entrega da proposta se encerra às 9h do dia 1º de novembro do corrente ano, ou seja, restando 15 dias, intervalo inferior aos 30 dias inerentes à licitações do tipo Concorrência Pública.

Cabendo registrar ainda a ausência do detalhamento da Cisterna que segundo esta Comissão, “a não apresentação de seu detalhamento não compromete o entendimento da obra, uma vez que foram apresentadas as dimensões gerais deste”.

Há de se registrar, no entanto que, como não há projeto estrutural desta cisterna, possivelmente não houve sua contemplação financeira no orçamento, se revertendo numa ausência de diversos serviços como escavação, estrutura de concreto armado e impermeabilização, dentre outros.

2.2. DO REGIME DE CONTRATAÇÃO E DAS INCOERÊNCIAS EDITALÍCIAS

A Lei 8.666/93 especifica em seu Art. 6º os regimes possíveis de contratação, fazendo-o da seguinte forma:



4

"VIII - Execução indireta - a que o órgão ou entidade contrata com terceiros sob qualquer dos seguintes regimes: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

a) empreitada por preço global - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total;

b) empreitada por preço unitário - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;

....."

Aqui novamente chamando atenção à Obra do Dr. Cláudio Sarian Altounian, dirigente do TCU há quinze anos, tem-se uma diferenciação bastante didática entre os dois principais regimes de contratação previstos na Lei.

"De plano, cabem algumas considerações a respeito da diferença entre os dois principais regimes utilizados, empreitada por preço global e por preço unitário, até mesmo por ser tema simples em teoria, mas que causa grandes discussões no momento da aplicação.

Inegável que são regimes distintos. Caso contrário, o legislador não os teria definido em incisos separados.

...

Na empreitada global, a licitante vencedora se compromete a realizar o serviço por preço certo e total, ou seja, assume o risco de eventuais distorções de quantitativos a serem executados a maior do que os previstos no contrato. Por outro lado, a Administração também assume o risco em pagar serviços cujas quantidades foram avaliadas em valor superior no momento da licitação. O que importa é o preço ajustado".

Esta Douta comissão refere-se ao Regime de Contratação com sendo Empreitada por Preço Unitário, ou seja, tem-se a contratação de execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas, valendo a

5

premissa que a Contratada obriga-se a executar somente os serviços e as quantidades previstas na planilha orçamentária.

Por outro lado, têm-se várias citações que contrariam a essência do Regime adotado tais como:

•Item 6.1.2, subitem "a" - **"a coluna de quantidade de orçamento sintético é de inteira responsabilidade do proponente, não podendo o interessado arguir omissões, enganos e erros, não podendo alterar os quantitativos e o valor global proposto".**

•Item 6.18, subitem "e" - **"a omissão ou a incorreção de qualquer item da planilha de orçamento estimado da Unilab não desobriga a licitante contratada de executar o serviço ou fornecer o equipamento, sem qualquer custo adicional para a Unilab."**

Todas essas incoerências culminam com a obrigatoriedade, sob pena de desclassificação da licitante, da apresentação de **Declaração expressa do Preço Global conforme transcrição abaixo:**

"6.1.5. Declaração expressa do Preço Global: *Declaração expressa de que o preço global proposto compreende todas as despesas concernentes à execução dos serviços projetados e especificados com o fornecimento de material, de mão de obra, BDI, encargos sociais, ferramentas, equipamentos, assistência técnica, aprovação de projetos junto aos órgãos competentes e tributos, e tudo o mais necessário à perfeita execução das obras e outros emolumentos previstos em lei."*

É notório a contradição existente no Edital quanto ao Regime de Contratação. Optou-se pelo regime de empreitada por preços unitários, lançando mão de exigências estritas ao regime de preço global, ou seja, a Contratada se obriga a executar a obra integralmente mesmo que serviços não estejam contemplados na planilha orçamentária (preço global), ao tempo em que não será

remunerado por serviços que não sejam executados, ou executados em quantidades inferiores às apontadas na planilha orçamentária (preço unitário).

Ademais, esta Comissão não pode condicionar a classificação das licitantes à apresentação de uma Declaração expressa de Preço Global quando se respira um processo cujo regime de contratação será em EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

2.3. DOS VÍCIOS DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Diversos já foram os vícios apontados na planilha orçamentária. Alguns, poucos representativos e outros bastante representativos.

Existem divergências entre o projetado e o orçado, principalmente no que diz respeito às especificações.

Ademais, serviços representativos não foram contemplados, ou foram contemplados de forma incompleta.

Em análise ao Art. 7º da Lei de Licitações e Contratos Públicos, que aqui damos destaque ao § 2º, vê-se a necessidade de atendimento à um segundo requisito, sem o qual não se faz legal a licitação de obras, senão vejamos:

"§ 2º. As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

I - houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;

II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;" (grifo nosso)

Esta empresa, na qualidade de licitante perante os processos em aberto (CP01/2013, CP02/2013 e CP03/2013), tem conforme se avança a análise das peças técnicas disponibilizadas, lançado mão do direito que nos assiste, quanto ao pedido de esclarecimentos junto à Comissão de Licitação e um dos esclarecimentos já solicitados dizia respeito à ausência da Composição de Custos Unitários de 12 (doze) serviços para os quais intitulou-se de composições de Mercado, conforme transcrição abaixo:

*"Quais as Composições de Custo Unitário solicitados anteriormente na primeira nota de pedido de esclarecimentos, referentes aos serviços representados pelos **itens 01.01 (emolumentos e taxas), 02.09 (administração da obra), 02.10 (mobilização e desmobilização de equipamentos, inclusive desmontagem e remoção das instalações provisórias), 11.02, 17.01.02.17, 17.01.05.03, 17.01.05.04, 17.04.02.02.02, 17.04.02.02.03, 17.04.02.02.07, 17.04.02.02.08, 17.04.02.02.09, 17.04.02.03.15, 17.05.07, que estão intituladas como Composição de Mercado?"***

Não obstante a isso, a Comissão de Licitações conforme documento intitulado de "ESCLARECIMENTO Nº002", atribuiu representação financeira de locação, montagem e desmontagem de andaime tipo fachadeiro à um serviço que não teve sua composição de custo unitário informada, senão vejamos:

"PERGUNTA: Não foi identificado na planilha custo de andaime bem como sua montagem e desmontagem.

RESPOSTA: Cabe a empresa vencedora da licitação referida o fornecimento de equipamentos, instalações, ferramentas, materiais e mão-de-obra em numero, qualificação e especificação adequada a instalações e manutenção de canteiro de obras, para o cumprimento do contrato e do objeto contratado. Porém esse custo está previsto no item mobilização e desmobilização de equipamentos.

Aqui se registra que a importância da apresentação de todas as composições de custos unitários dos serviços contemplados na planilha orçamentária só aumenta a partir do momento em que respostas como estas são dadas, pois somente analisando tais composições para se ter a certeza de tais representações.

Agora, de posse da Composição de Custo Unitário referente à este serviço, fica claro e notório que a representação financeira deste não foi contemplada na planilha orçamentária, pois não como da composição que abaixo transcreveremos supor que lá caiba a remuneração da locação de andaime fachadeiro, bem como sua montagem e desmontagem, senão vejamos:

02.10 - PLANILHA "COMPOSIÇÕES F141";

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE SERVIÇOS						
GRUPO:	IMPLANTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO					
DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	REF. SINAPI		CÓDIGO:		
PREÇO:	R\$ 12.074,18	FATOR DAS LEIS SOCIAIS:	123,31%	UNID:		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL	
MÃO DE OBRA						
S6116	AJUDANTE	H	336,00	R\$ 3,67	R\$	1.233,12
S4750	PEDREIRO	H	336,00	R\$ 5,06	R\$	1.700,16
	ENGENHEIRO RESIDENTE	MS	0,50	R\$ 4.675,00	R\$	2.337,50
		TOTAL DE MÃO DE OBRA				R\$ 5.270,78
MATERIAL						
	TRANSPORTE DE MATERIAL	KM	40,0000	R\$ 7,60	R\$	304,00
		TOTAL DE MATERIAIS				R\$ 304,00
OBSERVAÇÃO 1: AS LEIS SOCIAIS ESTÃO INCLUSA NA HORA DA MÃO DE OBRA IMPORTADA DA TABELA DE INSUMO SINAPI				TOTAL SIMPLES	R\$ 5.574,78	
				LEIS SOCIAL	R\$ 6.499,40	
				BDI	R\$ -	
				TOTAL GERAL	R\$ 12.074,18	
OBSERVAÇÃO 2: CÓDIGO DE INSUMO COM INICIO: S - SINAPI / I - SEINFRA / U - UFC						

Nitidamente, os insumos que compõem esta composição de serviços é incompatível com o que afirma o autor dos esclarecimentos de que tratam do assunto, ficando claro mais uma vez que, não há no orçamento previsão financeira para a remuneração de tal serviço.

Aproveitando o tema, supomos nós que, há de se haver uma compatibilização entre as rigorosas exigências contratuais e seu impacto financeiro através de representações na planilha orçamentária, portanto, faz-se de extrema importância a cautela da análise da planilha para pontos como os acima abordados, bem como os diversos outros que também se fazem pertinentes, senão vejamos.

A Minuta Contratual, parte integrante do Edital, traz como obrigações da Contratada: *"Providenciar, às suas expensas, junto às repartições, competentes, o necessário licenciamento da Obra e/ou Serviço, as aprovações respectivas, inclusive de projetos complementares e ARTs da Fiscalização, o Alvará de Construções e a Carta de Habite-se, quando for o caso, bem como o fornecimento de placas exigidas pelos Órgãos competentes ou pela CONTRATANTE;"*

Como saber se existe compatibilização entre o exigido e o provisionado se a composição de custos unitários do serviço "Emolumentos e Taxas" não foi disponibilizada?

Explorando ainda as composições de preços unitários disponibilizadas por meio do documento "ESCLARECIMENTO Nº05", podemos analisar a exigência contida em Edital conforme transcrição abaixo:

"7.7 Deverá estar incluído, nos custos da obra, a alocação:

*a) de um engenheiro civil, coordenador de toda a obra, **em tempo integral**, que deverá comparecer na obra todos os dias úteis, cumprindo no mínimo 08 (oito) horas/dia em horário comercial, durante todo o período de execução da obra, com experiência em trabalhos de natureza compatível com o objeto da presente licitação.*

b) de encarregado geral, em tempo integral, com experiência em trabalhos de natureza compatível com o objeto do presente contrato.

c) De vigia e almoxarife, **para cada bloco** (conjunto de duas edificações) a ser construído.”(grifo nosso)

Fazendo o confronto entre esta exigência e a composição de preço unitário referente a tal serviço temos:

02.09 – PLANILHA “COMPOSIÇÕES F118”;

12.09 - PLANILHA COMPOSIÇÕES F118

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE SERVIÇOS					
GRUPO:	IMPLANTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO		REF. SINAPI		CÓDIGO:
DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA		FATOR DAS LEIS SOCIAIS:	123,31%	UNID:
PREÇO:	R\$	31.822,84			
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	TOTAL
MÃO DE OBRA					
	ENGENHEIRO OU ARQUITETO / PLENO DE OBRAS	MS	1,00	R\$ 4.407,00	R\$ 4.407,00
	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO (EDIFICAÇÕES, ELETROTÉCNICA E/OU INFORMÁTICA)	MS	1,00	R\$ 1.981,84	R\$ 1.981,84
	MESTRE DE OBRA	MS	1,00	R\$ 1.700,00	R\$ 1.700,00
	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	MS	1,00	R\$ 1.018,80	R\$ 1.018,80
	SETOR PESSOAL	MS	1,00	R\$ 722,50	R\$ 722,50
	ALMOXARIFE	MS	1,00	R\$ 1.145,00	R\$ 1.145,00
	APONTADOR	MS	1,00	R\$ 1.145,00	R\$ 1.145,00
	VIGIA	MS	1,00	R\$ 774,58	R\$ 774,58
	SERVENTE PARA CAPATAZIA	MS	1,00	R\$ 678,00	R\$ 678,00
	SERVENTE DE LIMPEZA	MS	1,00	R\$ 678,00	R\$ 678,00
	TOTAL DE MÃO DE OBRA				R\$ 14.250,52
MATERIAL					
	TOTAL DE MATERIAIS				R\$ -
OBSERVAÇÃO 1: AS LEIS SOCIAIS ESTÃO INCLUSA NA HORA DA MÃO DE OBRA IMPORTADA DA TABELA DE INSUMO SINAPI OBSERVAÇÃO 2: CÓDIGO DE INSUMO COM INÍCIO: S - SINAPI / I - SENFRA / U - UFC				TOTAL SIMPLES	R\$ 14.250,52
				LEIS SOCIAL	R\$ 17.572,32
				BDI	R\$ -
				TOTAL GERAL	R\$ 31.822,84

De posse deste instrumento fica de fácil verificação que a exigência contida em edital não tem sua representação financeira na planilha orçamentária pois, um engenheiro em tempo integral significa 44h de trabalho dedicadas à obra e que representa um salário base, conforme preceitua resolução do CONFEA, o valor de 8,5 salários mínimos que importa em R\$5.763,00 contra R\$4.407,00 contemplados na composição.

Ademais, a exigência de vigia e almoxarife para cada bloco repercute em 8 (oito) vigias sendo 4 (quatro) por bloco, considerando-se a escala de trabalho de 12h trabalhadas por 36h de folga, dos quais, dois por bloco recebendo Adicional Noturno de 20%, totalmente incompatível com o contemplado na composição de custo unitário.

Esta composição de custo unitário "Administração da Obra" também esclarece outro equívoco desta Comissão quando ao responder o esclarecimento suscitado "Onde estariam representados os custos de manutenção do canteiro de obras, tais como: energia elétrica, água, telefone, internet, material de escritório e de limpeza?" informou que tais custos estariam contemplados na referida composição, e como se vê não há tal previsão.

De uma forma geral, diversos já foram os vícios encontrados no ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA, e a forma com que esta comissão tem lidado com a situação, excluindo-se do objeto da licitação diversos serviços, ou imputando representações financeiras à composições que não as representam resulta numa planilha orçamentária que não representa o objeto licitado.

Em análise mais amíúde do Orçamento de Referência detectou-se que o engenheiro orçamentista lançou mão de três tabelas de composição de custos unitários. Estas três tabelas utilizam taxa de Encargos Sociais distintas sendo elas: SINAPI (118,48%), SEINFRA (125%) e SEINF (110%). Não qualquer incoerência na utilização de três tabelas distintas na elaboração de um único orçamento, no entanto, se fazem imprescindíveis os devidos ajustes para que ao fim da planilha seja utilizada apenas uma taxa de Encargos Sociais.

SEINFRA – L.S=125%



Ministério da Educação
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Comissão de Licitação de Obras da UNILAB

17.01.04.07.05	SINAPI 74131/007	Quadro para 30 circuitos com barramentos	UND	1,00	427,33	427,33
17.01.04.07.06	SEINFRA C2059	Para raio eletrônico VCL 275V, fab. Clamper 8 kA à 24 kA, classe D	UND	3,00	204,59	613,77

Tabela de Custos

Versão 020

C2059 - PÁRA-RAIOS TIPO CRISTAL VALVER

Preço Adotado: 204,59

Unid: UN

Código	Descrição	Unidade	Coefficiente	Preço	Total
MAO DE OBRA					
10042	AJUDANTE DE ELETRICISTA	H	1,5000	4,0000	6,0000
12312	ELETRICISTA	H	1,5000	5,5500	8,3250
TOTAL MAO DE OBRA					14,3250
MATERIAIS					
11563	PARA-RAIOS TIPO CRISTAL VALVER	UN	1,0000	172,3500	172,3500
TOTAL MATERIAIS					172,3500
Total Simples					186,68
Encargos					17,91
BDI					0,00
TOTAL GERAL					204,59

SEINF C/ AS ADAPTAÇÕES DE M.O. - L.S.=110%

0020	CAIXA DE PASSAGEM C/ TAMPA PARAFUSADA 300X300X120MM	UN	110,00	22,00	
001	MAO DE OBRA				
	AJUDANTE DE ELETRICISTA	H	1,5000	3,58	5,37
	ELETRICISTA	H	1,5000	4,31	7,21
	TOTAL		R\$	10,70	12,58
002	MATERIAL				
	CAIXA PASSAG. CHAPA C/TAMPA PARAF.	UN	1,0000	40,00	40,00
	300X300X120MM	TOTAL	R\$		40,00
Mão de Obra +					
10,70 12,58					
Total L.S. +					
13,77 13,84					
Material +					
40,00					
Total BDI =					
13,74					
66,42					

SINAPI – L.S=118,48%

03		MOVIMENTO DE TERRA				564.631,97
03.01	SINAPI 73965/011	Escavacao manual de valas, solo de qualquer categoria, exceto rocha, ate 3,00m de profundidade.	M3	2.905,50	31,16	90.535,42

	73965/12	ESCOVACAO MANUAL DE VALA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA DE 1,5 ATE 3M X	M3	22/07/2009	ATIVO
		EXCLUINDO ESGOTAMENTO / REFORMATO			
C	73500	ESCOV MANUAL VALA/CAVA MAT 1ª CAT 1,5 A 3M EXCL ESG/ESCOR	M3		1,00000000
		(AREIA ARGILA OU PICARETA)			

[illegible]

Misturam-se às três taxas de Encargos Sociais aqui demonstrados uma quarta no valor de 123%, divulgada como a taxa incidente sobre o orçamento de referência e que o engenheiro orçamentista aplicou às composições intituladas de "MERCADO".

Não se pode admitir que sobre uma mesma planilha orçamentária incidam quatro taxas de encargos sociais, afinal não existe interferência do serviço sobre os itens componentes da Taxa de Encargos.

A taxa de Encargos Sociais ou Leis Sociais é composta de parcelas as quais descrevemos: Encargos Sociais Básicos, Encargos Trabalhistas, Encargos Indenizatórios e Incidências Cumulativas. Alguns dos itens componentes são compromissos de percentual fixo tais como FGTS, INSS, Sistema S, Férias, 13º Salários, já outros variam de empresa para empresa em função de dados estatísticos sendo eles: Licença paternidade, auxílio doença,

acidentes de trabalho, porém nunca variando de serviço à serviço com está representado neste orçamento de referência.

3 - DOS PEDIDOS

Tendo em vista que os vícios aqui apontados não podem ser sanados sem que haja a anulação deste edital, uma vez que este traz incongruências por si só e com a planilha orçamentária, bem como a mesma, também, contém vícios que desconfiguram o objeto licitado, requer-se que V. Exa. se digne de conhecer e dar provimento a presente Impugnação para determinar a **REVOGAÇÃO** desta licitação, para que o Edital seja refeito a contemplar todas as exigências da Lei nº 8.666/93 e as determinações e sugestões do TCU e da CGU.

Caso não entenda essa Comissão pela REVOGAÇÃO da licitação, pedimos que seja o procedimento encaminhado à autoridade superior, na forma do § 4º do Art. 109 da Lei 8.666/93, para nova decisão.

Fortaleza (CE), 29 de Outubro de 2013.



Cristiano Pinho de Moura

CPF: 837.592.983-20

Sócio - Pollux Construções